“O PUDOR DA MULHER ATRAI O RESPEITO DO HOMEM”: – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UMA CRÔNICA¹

Ana Kelma Cunha Gallas (UNIFSA)²

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa (UNIFSA)³

Alany Fortaleza Sousa (UNIFSA)⁴

Jessyca Gracy Pereira Veloso (UESPI)⁵

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a repercussão da crônica “O pudor da mulher atrai o respeito do homem”, publicada no Jornal Diário do Povo (PI), em janeiro de 2019, investigando os comentários publicados nas redes sociais da cidade de Teresina (PI). A pesquisa, de caráter documental, faz uso dos conceitos fundamentais e do instrumental analítico da teoria semiolinguística, de Patrick Charaudeau (1996). Observando, no corpo do texto, as condições históricas em que foi produzido, pretende-se refletir sobre os valores, os preconceitos e os julgamentos sobre o comportamento feminino, mesmo que expressados de “forma inconsciente” (BEAUVOIR, 1980). Investiga-se, neste trabalho, sobretudo, as concepções sobre a categoria “pudor”, como um dos valores atribuídos às mulheres decentes, e a categoria “Respeito”, vinculada ao comportamento masculino.

Palavras-Chave: Imprensa. Teresina. Redes Sociais. Machismo.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência contra a mulher é multifacetado e complexo, especialmente, quando essa violência se situa em uma dimensão simbólica, repercutindo conceitos estereotipados sobre o feminino. O objeto deste artigo é a violência presente na crônica “O pudor da Mulher atrai o respeito do Homem”, de autoria de José Maria Vasconcelos, professor aposentado do Instituto Federal do Piauí (IFPI). O texto foi publicado dia 25 de janeiro de 2019, no Jornal impresso Diário do Povo⁶, cuja edição é, também reproduzida no ambiente virtual. A

¹ Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Mestre em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Integra o Comgênero (UESPI) e SexGen (UFPA). E-mail: kelmagallas@outlook.com

³ Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Integrante do Projeto de Extensão “Um Olhar sobre a Diversidade: discutindo corpo, sexo e gênero” - Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Pós-graduanda em Docência no Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com

⁴ Graduada em Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: alanysousa15@hotmail.com

⁵ Estudante do curso de Psicologia na Universidade Estadual do Piauí – UESPI. jessycagpv@icloud.com

⁶ O Diário do Povo é um jornal impresso, com circulação diária na cidade de Teresina-PI, desde 1987. É considerado um dos jornais mais lidos pela população piauiense (MOURA FILHO, 2014). De perfil conservador, o referido jornal é chefiado pelo empresário Fábio de Melo Sérvio, que foi candidato ao Governo do Estado do Piauí, pelo PSL (Partido Social Liberal) nas Eleições 2018⁴, alinhado ao Governo de Jair Bolsonaro.

referida crônica suscitou, imediatamente ao ser publicada, inúmeros protestos nas redes sociais de Teresina, além de notas de repúdio assinadas por instituições públicas e privadas da cidade.

Vasconcelos é um escritor hábil, sendo o cronista regular do Jornal Diário do Povo há vários anos. A Crônica é um gênero textual que transita entre a informalidade literária e o sentido de verdade oferecido pelo Jornalismo, compreendendo um conjunto de “fatos corriqueiros do dia-a-dia, dos *fait divers*, fatos da atualidade alimentam o noticiário dos jornais, desde que esses se tornaram instrumentos de informação de grande tiragem no século passado”, conforme entende Arrigucci Júnior (1987, p. 52). A crônica, enquanto gênero, é um discurso elaborado a partir da realidade cotidiana, atrelando-se, indefectivelmente, a uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, Vasconcelos defendeu, em sua crônica do dia 25 de janeiro, que as mulheres são as principais culpadas pelas violências sofridas, conforme pode-se apreender em um dos trechos mais provocativos de sua crônica: “(os) Homens, comumente, só avançam se elas abrirem as pernas” (VASCONCELOS, 2019, p.2). As repercussões destas afirmativas serão discutidas neste artigo, cuja finalidade é debater, discursivamente, a produção de sentidos sobre o que é ser “mulher decente.

METODOLOGIA

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa documental que, conforme indica Ferrari (1982), tem a finalidade de reunir, classificar e analisar documentos, distinguindo-se, portanto, da pesquisa bibliográfica propriamente dita, recorrendo a fontes mais diversificadas e dispersas, conferindo-lhes nova importância como fonte de pesquisa, como os jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Na análise dos textos coletados fez-se uso da Análise de Discurso, identificando as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido. Nesse sentido, a análise levou em conta as condições da produção textual como sociais, históricas e ideológicas, sendo necessário ir além do registro linguístico propriamente dito, para encontrar as condições que marcaram a produção de sentidos no referido texto (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Parte-se, nessa investigação, de um dos principais argumentos de Vasconcelos na crônica “O pudor da Mulher atrai o respeito do Homem”. A partir do título da crônica, o autor reafirma

uma posição de pensamento, ou uma visão de mundo, de que as mulheres são responsáveis pelas violências que sofrem, sejam elas físicas ou simbólicas. No caso, para Vasconcelos, é ausência de pudor o dispositivo para acionar a violência masculina. Tal argumento está alinhado com uma tendência observada por Blay (2003), que destaca em seus estudos como os veículos jornalísticos vêm transformando as vítimas em responsáveis pela violência sofrida, acusação esta, presente significativamente nas sociedades patriarcais.

Cardoso (2014), por outro lado, explica que as matérias jornalísticas que culpabilizam as vítimas seguem um determinado padrão: nestas, poucas vezes o agressor está em foco e a vítima ganha praticamente toda a atenção no texto, sendo colocada como centro das atenções e “retratada como causadora do próprio ato de violência, seja a partir de seu comportamento, seja dos locais frequentados ou decisões tomadas” (CARDOSO, 2014, p.70).

O termo “culpabilização da vítima” foi empregado pela primeira vez por William Ryan, em seu livro *Blaming the Victim* (1971), para analisar a situação das vítimas que sofriam um violento preconceito racial nos Estados Unidos naquele período histórico. Ryan considera que esse tipo de estratégia argumentativa – de desviar o foco do agressor para a vítima – é especialmente problemático, porque induz as pessoas a acreditarem na culpa da vítima, sem requerer nenhuma evidência (RYAN, 1971).

A princípio, a crônica “O pudor da Mulher atrai o respeito do Homem” (Vasconcelos, 2019), apresenta duas categorias conceituais: de um lado, o “pudor”, comportamento entendido como o desejável para as mulheres “decentes”, e, de outro, a categoria “Respeito”, como uma condição de ser, da masculinidade, somente possível em relação a determinadas mulheres.

A “decência” seria uma condição inerentemente simbólica, histórica, contextual, ancorada, em muitas sociedades, aos atributos da “mulher digna”, em oposição às mulheres cuja vida é questionada a partir dos padrões morais vigentes. Parte das acusações sobre o comportamento insubordinado da mulher estão no Gênesis (3:1-24), no mito fundador das religiões judaico-cristãs e islâmicas. Nessa narrativa, é a imprudência, a insubordinação e a volúpia feminina que provoca a queda do paraíso, estando essa noção profundamente enraizada no âmago da cultura ocidental. Entende-se a partir daí que a mulher de sexualidade desvirtuada, capaz de corromper a humanidade com seus desatinos, deve ficar permanentemente sob a tutela e o controle masculino. Nesse sentido, historicamente, a categoria “pudor” se tornou uma característica

obrigatória para as mulheres virtuosas e bem-educadas, cuja existência é designada para o matrimônio, para a vida doméstica e a reprodução controlada pelos parâmetros morais adotados.

Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo" (1949), discute esse campo simbólico com as chamadas "virtudes femininas" (contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor), para a autora, construções socioculturais cujos sentidos seriam inscritos pelas sociedades de cada tempo histórico (BEAUVOIR, 1949).

A crônica de Vasconcelos (2019) defende, recorrentemente, em inúmeros trechos, que os "homens, comumente, só avançam se elas abrirem as pernas", correlacionando a possibilidade agressão masculina somente aos corpos femininos que estão destituídos de "pudor" ou de "decência".

No espaço etnográfico descrito pelo autor – a praça de alimentação de um shopping em Teresina -, às sextas-feiras, um grupo de homens maduros perpetuam uma prática: lançar juízos de valor sobre as mulheres que atravessam o seu campo visual. Conforme Vasconcelos (2019), a mesa de amigos vira um "contemplatório" (corruptela da palavra "contemplar" com "observatório"). O contemplatório de amigos visa avaliar, segundo ele, "belas mulheres desfilam, destilando colírio nos olhos masculinos devido à ousadia de seus trajes". Embora os adjetivos elogiosos, o autor enfileira condenações e juízos de valor às chamadas "meninas mais novas" que, segundo ele, perderam a noção de pudor. A crítica de Vasconcelos incide especialmente sobre as opções estéticas, considerando a forma como as mulheres se vestem, esse "vestir-se despudorado", como o principal dispositivo para a violência masculina: "homens, comumente, só avançam se elas abrirem as pernas" (VASCONCELOS, 2019). A violência de homens contra as mulheres seria, a partir desse viés, resultado de uma suposta permissividade feminina.

A roupa e o vestir-se são parte de uma narrativa sobre o corpo feminino, revelando discursos sobre o corpo feminino (com e sem indumentária), que refletem, ao mesmo tempo, aspectos históricos, sociológicos e culturais, a partir dos quais se constituem determinados valores. "É, em nome da regra de usos, imposições, proibições, tolerâncias e transgressões que o vestuário deve ser descrito, nas suas relações e valores culturais (CORTINHAS, 2010, p.22).

A crônica de Vasconcelos repercute as noções moralistas presentes nas revistas direcionadas ao público feminino, nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil, e que instruíam as mulheres sobre o que elas podiam ou não fazer. O caráter normativo, presente nessas publicações, tinham o objetivo não enunciado de manter as relações gênero dentro de uma

perspectiva tradicional, mantendo a diferenciação e a hierarquia entre homens e mulheres. Esses escritos condicionavam um papel estrutural às mulheres, relacionado à sua atuação no espaço privado da vida doméstica. Nesse sentido, inúmeras matérias publicadas nesses periódicos mencionavam as chamadas receitas para conseguir (e manter) o casamento, dentro de um suposto ideal de felicidade único e universal. (GALVÃO NETA, 2013; BRITO, 2006; NASCIMENTO, 2006; LUCENA, 2011).

Essa visão de mundo foi percebida na crônica escrita por Vasconcelos (2019). Inúmeros leitores fizeram comentários destacando o caráter conservador do autor e a obsolescência dessas noções:

“Uma dica de graça: ou vocês se adequam aos tempos ou tempo engolem vocês. O artigo do pudor não ajudou. Vergonha alheia” (Leitor 1, 2019).

“Como permitem um texto que mais parece que saiu da década de 50 seja publicado, o pudor da mulher? Incoerentes, vocês não estão nem aí para nós mulheres. Retratem-se, parem de apoiar pessoas que não nos respeitam?” (Leitor 2, 2019).

“Jurei que era matéria da década de 50” (Leitor 3, 2019).

“Em vez de homenagear as mulheres pelo nosso posicionamento maravilhoso, querem que voltemos aos anos 50 para serem tratadas como objeto” (Leitor 4, 2019).

“Vocês encontraram uma máquina do tempo e voltaram aos anos 20? Ou o Jornalista José Maria veio diretamente do passado e apareceu na redação?” (Leitor 5, 2019).

“Abaixo jornalistas com síndrome de *Housekeeping Monthly*⁷. Não ensine como nós mulheres devemos nos comportar, não somos objetos de satisfação masculina. ‘Guia da boa esposa’ ficou em 1955. Irresponsáveis retrógrados” (Leitor 6, 2019).

O Gênero é uma ferramenta teórica usadas para investigar os processos de hierarquização no campo social, especialmente considerando as crenças de superioridade de homens sobre mulheres (JOAN SCOTT, LOURO, 1997; SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 2012). No Brasil, as relações assimétricas estão intimamente relacionadas à herança colonial e ao patriarcado, e, sobretudo, às derivações específicas, a colonialidade de gênero (SEGATO, 2012; COSTA, 2012; STRINGHINI, 2010). A desigualdade de gênero remete, direta e indiretamente, ao sexismo, machismo e à misoginia, conceitos associados à crescente violência de gênero no Brasil.

No contexto brasileiro, onde persistem as crenças sobre a “superioridade natural” de homens sobre mulheres (SAFFIOTI, 2004; LIMA, 2008; MENESES, 2010; CUNHA, 2014; GONÇALVES et al, 2018), a desigualdade de gênero revalida práticas de dominação de um grupo de indivíduos

⁷ *Housekeeping Monthly*, o “Guia da Boa Esposa” é um artigo de revista que havia sido publicado na edição de 13 de maio de 1955, no *Housekeeping Monthly*.

sobre outros considerados inferiores. No âmbito mais profundo dessa violência situa-se o discurso moral sobre a mulher, em que, os episódios de violência seriam disciplinadores.

O acesso às tecnologias midiáticas transformou a maneira pela qual as ideias são disseminadas e, especialmente, como elas são discutidas. Nesse sentido, grande parte da repercussão às afirmativas de Vasconcelos ocorreu nas chamadas redes sociais (Facebook e Instagram), em um curto espaço de tempo após a publicação do texto em um suporte físico, o jornal Diário do Povo, reafirmando o que muitos teóricos (PEREIRA; SILVA, 2017; SPENTHOF, 2015; QUINCOSSES, 2016) têm observado: os reclames sobre erros ou deslizes, quaisquer que sejam, ocorrem de forma imediata, ou seja, em tempo real, adquirindo maior impacto e visibilidade. Tal tese comprova-se. O jornal físico – o Diário do Povo – tem em torno de 3 mil exemplares diários, sendo que a repercussão da crônica no ambiente digital superou, e muito, os leitores do periódico.

Um dos principais focos da polêmica, além dos comentários sobre o pudor feminino, foi sua recomendação para que as delegacias das mulheres fossem fechadas: “[...] Fechem delegacias da mulher, providenciem condutas de pudor feminino, vergonhas mais escondidas” (VASCONCELOS, 2019). Esse trecho da crônica provocou críticas até mesmo ao veículo de imprensa:

“Como vocês autorizam uma reportagem, em que a alternativa seja fechar delegacias da mulher para resgatar o pudor feminino” (Leitor 7, 2019).

“O machismo é capaz de matar e vocês publicam um texto que diz que devem fechar delegacia da mulher e abre delegacia do pudor. Cadê a coerência?!?” (Leitor 8, 2019).

“Mas é pra fechar a delegacia da mulher, porque se usar burca e se ‘tampar’ todinha resolve, né? Vocês não tem noção, mesmo” (Leitor 9, 2019)

“Como assim fechem a delegacia da mulher, que lixo de matéria foi essa? Quantas pessoas acharam ok publicar, isso?” (Leitor 10, 2019).

“Vocês são ridículos, fechar a delegacia da mulher? Nenhum homem vai me dizer como agir. A revolução é feminista e machista não passará” (Leitor 11, 2019).

“Ridícula a matéria publicada hoje, quer dizer que é a culpa de todo assédio e violência sofrida é das próprias mulheres?! Fechar a delegacia da mulher?! Absurdo! VERGONHA” (Leitor 12, 2019).

A Delegacia da Mulher, citada pelo autor, é a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, considerada uma das principais políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, conquistada a partir de uma legislação específica voltada para a proteção da mulher. A Lei Maria da Penha 11.340/2006, em seu art. 8º, IV, prevê a implementação deste atendimento policial especializado às mulheres, considerado uma importante ferramenta para o combate e enfrentamento à violência contra mulher. O seu surgimento foi ocasionado na constatação de que as mulheres eram consideradas responsáveis pelas agressões sofridas nos atendimentos em delegacias convencionais, em sua grande maioria, dirigidas por homens. Em tais espaços, a

violência doméstica era encarada como um simples “desentendimento de casais” (SOUZA, SOUSA, 2015; MACHADO, 2017). Em casos de estupro, a vítima era culpabilizada, sendo a roupa que a vítima usava, evocada como a causa ou o dispositivo de acionamento da violência sexual masculina, ocorrendo, quase sempre, a responsabilização da vítima pelo ocorrido (PEIXOTO; NOBRE, 2015).

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, respectivamente, somente em 2017, ocorreram cerca de 60 mil casos de violência contra a mulher no país. Em média 530 mulheres acionaram a Lei Maria da Penha por dia, incluído casos de estupros no total de 60 mil no Brasil no ano de 2017 e 133 vítimas de feminicídios, também no ano de 2017. Conforme a lei 13.104 de 2015, que alterou o art. 121 do Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, definindo-o como “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, isto é, quando o crime envolve: violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Nesse sentido, alguns leitores criticaram a posição assumida pelo jornal Diário do Povo que, segundo esse ponto de vista, reforçariam a violência contra a mulher:

“Total descaso com o tanto de casos de assédio e estupro e feminicídio que ocorre no país” (Leitor 13, 2019).

“Nojo. Quer culpar alguém pelo índice de estupro e feminicídio nesse Estado/Piauí” (Leitor 14, 2019).

“[...] Este senhor é absolutamente despreparado ‘pra’ ter um artigo público em um jornal. Sem base fundamentada alguma o que ele diz. O Piauí é o estado que mais tem casos de feminicídio, coisa séria mesmo” (Leitor 15, 2019).

“Pra um país com uma taxa tão relevante de feminicídio, vocês falharam feio como veículo de informação. Repúdio!” (Leitor 16, 2019).

“Jornaleco!!! Compactuando com o feminicídio!! Incentivando pensamento machista!!! O ‘jornalista’ do artigo vergonhoso publicado por esse lixo é uma vergonha para a classe. (Leitor 17, 2019).

“[...] Vocês não tem noção ao publicar uma opinião daquelas num país com o índice absurdo de agressões à mulher e feminicídio? Não tinha uma pessoa com consciência na redação ‘pra’ dizer que aquilo não tava bom? Que vergonha desse ‘jornalista’. Que vergonha desse jornal.” (Leitor 18, 2019).

“[...] No país em que a cada 2 horas uma mulher é assassinada a palavra ‘pra’ isso aí que vocês fizeram nenhum outro estado leio aquilo nunca, vergonha de ter profissionais tão despreparados carregando o nome do Estado” (Leitor 19, 2019).

“Esse jornal é de que século? Um dos países com maior índice de feminicídio do mundo e vocês publicando essa merda de matéria” (Leitor 20, 2019).

“Feminicídio diminui com a mulher atraindo o respeito do homem? Se não atraímos continuaremos nos matando? Não precisamos atrair respeito porque ele é nosso POR DIREITO” (Leitor 21, 2019).

“O texto publicado hoje legitima o feminicídio” (Leitor 22, 2019).

“Hoje, em pleno 2019 acordei e me deparei com esse artigo que presta um tremendo desserviço à sociedade. Em um país que já sofre com números crescentes casos de feminicídio, o jornal age com a naturalização da cultura do estupro. Um absurdo!”. (Leitor 23, 2019).

Conforme o Atlas da Violência de 2018, foram registradas cerca de 13 mortes de mulheres por dia. No ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil, 2017 dois anos depois da aprovação da Lei do Feminicídio entrar em vigência, os tribunais de justiça do país inteiro movimentaram 13.825 casos, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E dados coletados pela Secretária de Segurança Pública do Piauí revelam que, do dia 10 de março de 2015 a 17 de junho de 2018, foram registrados 90 casos de feminicídio no Estado do Piauí. De janeiro a junho de 2018, foram registrados seis feminicídios em Teresina e 4 casos no interior do estado, revertendo a posição do Piauí como um dos estados que menos registram mortes de mulheres qualificadas como feminicídio. (CERQUEIRA FILHO, 2017)

Os leitores também observaram o fato que o Diário do Povo, no dia 22 de junho de 2017, publicou uma matéria, cuja capa era a foto da pintura da Mona Lisa, feita por Leonardo da Vinci (1053-1506), com o olho esquerdo e boca machucada, com o seguinte título “Retratos de covardia: o machismo é capaz de matar”, correlacionando a violência contra a mulher e os casos de feminicídio em escalada no Piauí. Sobre esse fato, os leitores postaram comentários críticos no *Instagram* do Diário do Povo sobre a edição de 2019, evocando a publicação de 2017, apontando para a incoerência do jornal, ou atribuindo ao veículo de imprensa uma posição machista e hipócrita:

“Nojo. São machistas e hipócritas” (Leitor 24, 2019).

“Responsabilidade social zero! Hipocrisia, a gente vê por aqui” (Leitor 25, 2019).

“Aqui nós percebemos uma incoerência de discurso gigantesca” (Leitor 3, 2019); “Adianta publicar isso e depois uma página inteira falando de comportamento feminino...hipócritas, sem noção, desserviço esse tipo jornalismo” (Leitor 26, 2019).

“Sua publicação não condiz com a matéria publicada HOJE” (Leitor 27, 2019).

“Engraçado né, e publicam outra matéria totalmente controversa, vocês querem ser boicotado também?” (Leitor 28, 2019).

Por essa situação, houve por parte dos leitores comentários colocando em dúvida a credibilidade do jornal, bem ocorreram muitos pedidos de retratação. Essas solicitações foram demandadas não apenas nas redes sociais, mas, sobretudo, por meio de Notas de Repúdio publicadas em diversos espaços midiáticos.

No *Instagram* oficial do Diário do Povo, os leitores colocaram em dúvida a autenticidade da preocupação com o tema da violência de gênero, e a própria credibilidade do jornal:

“Um absurdo um jornal desse, SEM CREDIBILIDADE ALGUMA com toda certeza hipocrisia enjoativa, ainda ter espaço nesse estado MANCHADO a reputação do jornalismo piauiense, porque se a intenção era fazer uma chacota, vocês conseguiram” (Leitor 29, 2019).

“Que nojo da hipocrisia, uma matéria/coluna como a de hoje chega a ser criminoso. Se retratem.” (Leitor 30, 2019).

“Jornal de menor credibilidade” (Leitor 31, 2019).

“O Piauí tem índices de violência altíssimos contra mulheres e reproduzem uma matéria com tamanho desserviço? Exigimos retração!” (Leitor 32, 2019).

“O pior é que a publicação de 2 anos atrás (anterior a esta) fala sobre feminicídio... me pergunto como, em dois anos, retrocedem tanto?!” (Leitor 33, 2019).

Também ocorreram manifestações e pedidos de retratação no *Facebook* do autor, Vasconcelos, e do jornalista Fábio Sérgio, atual dono do Jornal Diário do Povo. Em sua rede social, *Facebook*, o empresário comentou sobre a repercussão da matéria, dizendo que a crônica do dia 25 de fevereiro de 2019, era um absurdo, mas seria, para ele, censura prévia impedir que Vasconcelos publicasse suas opiniões sobre o tema: [...] O errado não é o professor ter escrito o artigo - é opinião dele. Errado seria o silêncio diante do que ele escreveu” (SÉRVIO, 2019).

Algumas pessoas discordaram do argumento:

“Fábio Sérgio, pois é uma pena! Pois o editor chefe disse que nem sequer leu (não é a função dele revisar o que se publica?), e, ‘pra’ “melhorar” falou que isso foi uma menção aos trajes femininos usados! OI???? O que eu uso ou qualquer outra use não é da conta de nenhum homem, a função é só RESPEITAR!!” (Leitor 34, 2019).

“Gostaria muito de saber se essa é a postura de um jornal perante as mulheres!! No momento em que vocês permitem um jornalista desses escrever tal absurdo, vocês matam, estupram e fecham os olhos para todos os absurdos que ocorrem em relação a TODAS AS MULHERES! Nojo” (Leitor 35, 2019).

“Não publicar apologia ao crime não é censura prévia” (Leitor 36, 2019).

“Homens, em vez de exibirem cordialidade, adotam violência no contexto desse texto é apologia ao estupro” (Leitor 37, 2019).

Em outro momento, o próprio José Maria Vasconcelos resolveu pedir desculpas em um breve texto publicado em seu *Facebook* pessoal:

Amigos, comunico-lhes que, diante da repercussão negativa alcançada pela minha crônica de hoje, resolvi retirá-la da página. Não tive a mínima intenção de agredir as mulheres, especialmente aquelas que se vestem, digamos, excedendo-se na falta de pudor. Também não tive propósito de desrespeitar instituições em defesa da mulher, especialmente as que sofrem agressões do homem. Perdoem-me se me excedi nos julgamentos (VASCONCELOS, 2019).

Os leitores, porém, reagiram negativamente a este post que, segundo alguns, não corrigia o problema (o ideário machista, presente na crônica, permaneceria simbolicamente no novo texto, agora de “desculpas”):

“Senhor, apague esse também, ‘tá’ ficando pior...sério! ESPECIALMENTE AQUELAS QUE SE VESTEM, DIGAMOS, EXECENDO-SE NA FALTA DE PUDOR” (Leitor 38, 2019).

“Não se culpe professor. Também já passei, por isso” (Leitor 39, 2019).

“Sugiro melhorar a retratação”; “ Que nojo! ‘Tá’ piorando” (Leitor 40, 2019).

“A pessoa vai se desculpar e a desculpa é mais escrota do que o artigo, nos respeite! Seu retrógrado” (Leitor 41, 2019).

“Professor José Maria, não li a crônica, mas conheço o senhor muito bem, e acredito que, o senhor não queria ofender a imagem e a dignidade das mulheres. Trabalho com o senhor a vários anos...Confio e acredito no senhor” (Leitor 42, 2019).

Em alguns dias de intenso debate midiático, o professor, ao dizer-se grato pelas críticas recebidas, finalmente excluiu a postagem (pedido de desculpas) de sua conta no *Facebook*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

Nesta investigação, parte-se dos enunciados de um cronista piauiense correlacionando o comportamento feminino com a violência de gênero, para discutir o ideário machista presente não apenas na imprensa, mas em diversos estratos da população brasileira, inclusive, nos mais letrados e intelectualizados, pois esta surge atrelada a desigualdade de gênero, o que significa dizer que tal crime ocorre por conta das expressões de desigualdade com base na condição de sexo, por isso o descrevem como crime misógino.

Muitos, como Vasconcelos, ainda associam as violências sofridas pelas mulheres ao comportamento da vítima, especialmente, à falta de pudor e de decência, categorias marcadamente atribuídas ao feminino. A crônica, em si, também poderia ser considerada uma forma de violência simbólica, esse modelo passa pelo plano do conhecimento e reconhecimento que só é entendível pela estrutura do pensamento, usando os termos de Bourdieu (2012), culminando sua principal tese, com a criminalização das vítimas e a isenção do agressor.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., David. Fragmentos sobre a crônica. In: Enigma e Comentário: Ensaios sobre Literatura e Experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BEAUVOIR, S. Quando o Espiritual Domina. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

ISBN: 978-65-80968-11-4
DOI: 10.17648/cbcs-2019-110618

BLAY, Eva Alterman. Direitos humanos e homicídio de mulheres. Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. www.usp.br/nemge, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRITO, Luiz André Neves. **O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de Utilidades**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.p. 107.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros; VIEIRA, Viviane. O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. **EID&A**, 2014.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência - 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias (org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CORTINHAS, Rosângela. **Figurino: um objeto sensível na produção do personagem**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010. p. 79

COSTA, Cláudia de Lima. **Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber**. Portuguese cultural studies, v. 4, n. 1, p. 6, 2012.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**. Curitiba. 2014

Diagnóstico sobre a Situação da Violência contra a Mulher em Teresina. Teresina: Ed: Banco Mundial, 2018.

FERRARI, Alfonso Trujillo. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

GALVÃO NETA, Inocência da silva. **Moças honradas, senhoras virtuosas e mulheres airadas: registros de violência nas relações de gênero na imprensa e nos documentos judiciais no Recife nas décadas de 1920 e 1930**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. p.230.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz et al. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. *Educar em Revista*, v. 34, n. 69, p. 193-207, 2018.

LIMA, Marcos Costa. Edward W. Said's critical humanism. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 73, p. 71-94, 2008.

LUCENA, Paola Lili. **“NENHUM LAR SEM O LAR CATÓLICO!”: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954- 1986).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p. 355.

MACHADO, Isadora Vier. **Uma década de lei Maria da Penha:** percursos, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2017.

MENESES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 88, 2010.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira - 1873-1932.** Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 171.

PEIXOTO, Aimê Fonseca; NOBRE, Bárbara Paula Resente. A responsabilização da mulher vítima de estupro. **Revista Transgressões**, v.3, n.1, p. 227-239, maio. 2015.

PEREIRA, Camila Rodrigues; SILVA, Sandra Rubia da. Usos de gênero de smartphones e mídias digitais: uma etnografia sobre mulheres conectadas. **Novos olhares**. Florianópolis, v. 6, n.1, p. 49-59, 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio: #invisibilidademata.** São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. 183 p.

QUINCOSES, Cândice da Silva. **Mídias sociais digitais:** espaço de relacionamento e comunicação estratégica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, 2016. p. 143.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

RYAN, William. **Blamingthevictim.** Nova York: Pantheon Books, 1971.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. **Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista.** In. **Debate Feminista - Cidadania e Feminismo**, nº especial, 2000. (edição especial em português).

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SOUZA, Machiavelli Carmo; SOUSA, Yara Layne Resende. Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano, **Revista SPAGESP**, v.16, n. 2, p. 59-74, 2015.

SPENTHOF, Edson Luís. **Jornalismo e sociedade**: O lugar da mediação profissional e da informação tratada como *res pública*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.p 230.

STRINGHINI, Viviane CM. Heranças da Escravidão na narrativa Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **Revista Literatura e Autoritarismo**. Dossiê, n. 4, p. 2010, 2010.